

OBSERVA ARQURB TERÊ

CENSO PARA QUÊ?

Tom Ferreira Caminha*

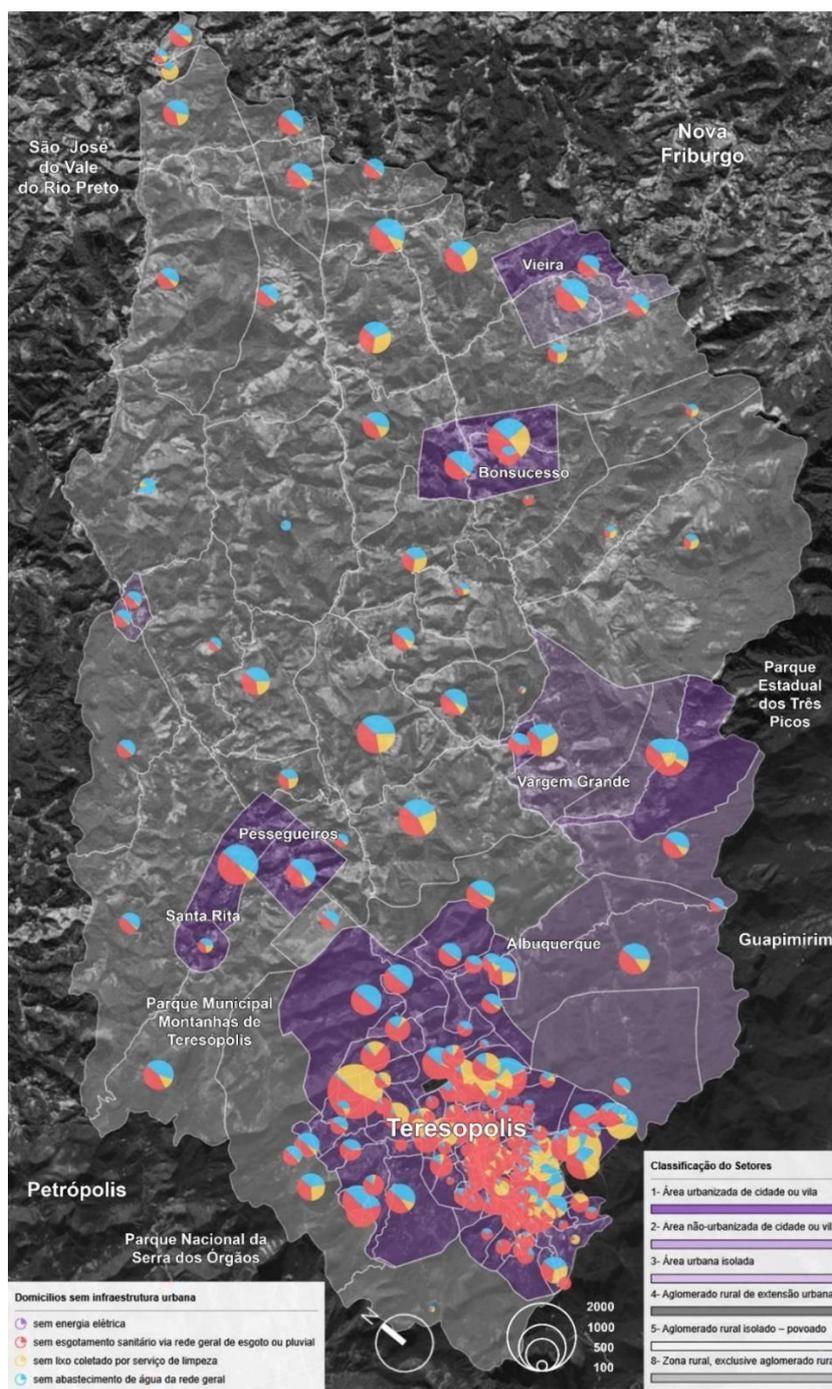
Recentemente tivemos a notícia de que a conclusão do recenseamento demográfico, ou simplesmente “Censo”, será novamente adiada¹. O primeiro estudo deste tipo foi realizado em 1872, durante o reinado de D. Pedro II, em uma época em que a escravidão ainda era permitida²; e ficou estabelecido então, que um novo levantamento deveria ocorrer a cada 10 anos. Porém, isso só veio a ser implementado de fato a partir de 1940, após a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE. Desde então, a cada década esse plano foi cumprido, mas com duas exceções: o censo de 1990 foi adiado para 1991, devido a cortes no orçamento federal – o país vivia então uma grave crise econômica de hiperinflação e, em 2020, fora novamente adiado por um ano, devido à pandemia do COVID-19. Contudo, em 2021, ocorreu mais um contratempo, novamente por cortes no orçamento federal, mas com acusações de falta de interesse político de um congresso comprometido com outros investimentos³. Em agosto de 2022, 12 anos depois do último censo, finalmente o trabalho de campo foi iniciado. Mas o que deveria ser concluído antes do fim do ano, ao que tudo indica, o será apenas em janeiro de 2023. Antes tarde do que nunca.

O Censo essencialmente é um estudo estatístico em que são recolhidas várias informações referentes à população brasileira (o número de pessoas, gênero, idade, renda mensal, cor/raça, etc.) e seus domicílios (se são casas ou apartamentos, número de banheiros, de cômodos, pessoas residentes, infraestrutura urbana, etc.). Trata-se de um trabalho hercúleo que efetivamente demanda grandes recursos e um exército de pesquisadores de campo, responsáveis por bater de porta em porta em todas as moradias do país e preencher questionários junto aos residentes. Os dados levantados e processados neste estudo são essenciais para a definição de políticas públicas em todas as áreas (educação, saúde, economia, etc.) e em todos os níveis do governo – federal, estadual e municipal.

* Tom Ferreira Caminha é Arquiteto Urbanista formado pela Universidade Federal Fluminense (2011) e Mestre em Design pela ESDI/UERJ (2020). Atualmente é professor assistente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNIFESO. E-mail: tomcaminha@unifeso.edu.br.
<http://lattes.cnpq.br/1655771617796877>

No planejamento urbano e territorial não é diferente e o fato destes dados serem localizados geograficamente os torna especialmente pertinentes, jogando luz sobre os problemas locais e direcionando (idealmente) as ações do poder público. Isso é exemplificado nos mapas 1 e 2, elaborados a partir dos dados do Censo de 2010⁴, o mais recente a ser concluído, e agrupados por Setor Censitário.

Mapa 1- Número de domicílios sem algum tipo de infraestrutura urbana básica, ordenados por Setor Censitário, em todo o Município



Fonte: elaborado pelo autor com base em IBGE (2012).

Estes Setores são a menor porção de área utilizadas pelo IBGE para planejar, coletar e disseminar os resultados dos Censos e Pesquisas Estatísticas⁵, e correspondem, aproximadamente, aos bairros ou partes de bairros com distinções claras.

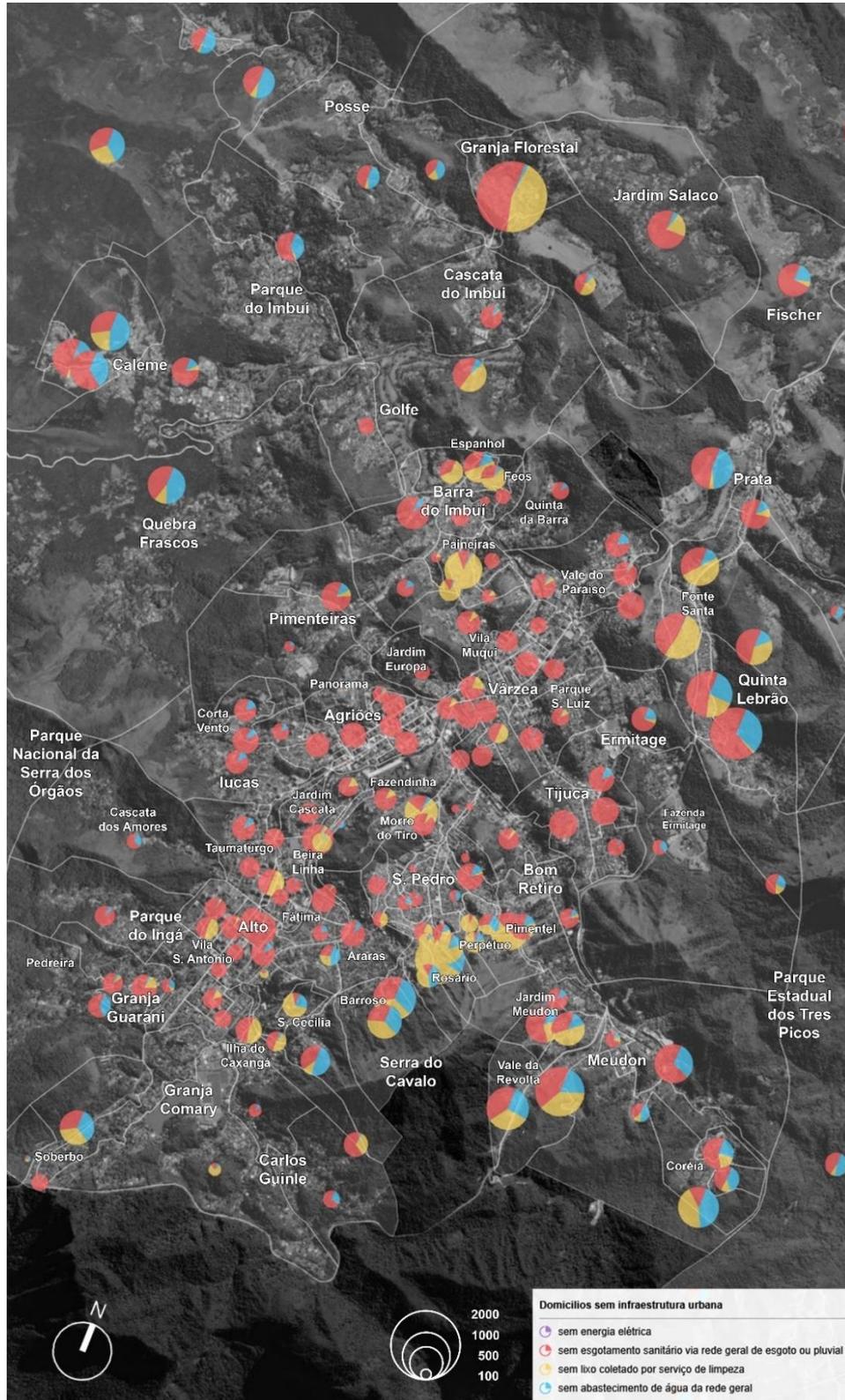
Nos mapas podemos ver, em um gráfico do tipo “pizza” para cada Setor Censitário, o número de domicílios que não eram servidos em 2010 de algum tipo de infraestrutura básica: rede de energia elétrica (roxo), rede de esgotamento sanitário (vermelho), serviço de coleta de lixo (amarelo) e/ou abastecimento de água potável (azul). No Mapa 1, vemos todos os Setores do Município de Teresópolis, classificados em Áreas Urbanas (roxo) ou Rurais (cinza) e, no Mapa 2, apenas os Setores do perímetro urbano principal, ou seja, a sede da cidade de Teresópolis em si. Podemos ver que, com apenas alguns dos muitos dados levantados no Censo, já podemos visualizar diversos desafios que se apresentam à gestão do município.

No primeiro mapa, fica imediatamente evidente como a distribuição da população se dá de forma não homogênea, criando “duas Teresópolis”: uma rural, menos povoada, e outra urbana, com a maior concentração da população e também com os maiores índices de domicílios sem infraestrutura.

Outra constatação que se faz é que todo o território, tanto o urbano quanto o rural, sofre com a falta de acesso ao esgotamento sanitário (vermelho). De fato, segundo o Censo de 2010, apenas 31,93% dos domicílios de Teresópolis tinham acesso a este tipo de infraestrutura, problema que é agravado se levarmos em conta que a pouca rede de esgotamento que existe é apenas de drenagem pluvial, pois não há tratamento de esgoto no município. Nas áreas rurais, essa ausência de rede é menos crítica, pois, em regiões de menor densidade demográfica, o emprego de sistemas tratamento de esgoto individuais (como os de fossa e filtro) e o posterior lançamento dos efluente em corpos d’água ou no solo são aceitáveis, e, inclusive, permitidos pela legislação estadual vigente⁶. Já em áreas urbanas, que são mais densas, esse tipo de solução leva à contaminação das bacias hidrográficas e, portanto, é fundamental a existência de redes de coleta de esgoto nesses locais.

Se, por um lado, a falta de esgotamento sanitário aparenta ser um problema ubíquo em Teresópolis, por outro, o fornecimento de energia elétrica é praticamente universal, chegando a 99,75% dos domicílios. Segundo o estudo, apenas 218 domicílios, dentre um universo de aproximadamente 54 mil, não tinham acesso a esse serviço, tornando inclusive sua presença quase imperceptível nos mapas.

Mapa 2- Número de domicílios sem algum tipo de infraestrutura urbana básica, ordenados por Setor Censitário, apenas do Perímetro Urbano principal



Fonte: elaborado pelo autor com base em IBGE (2012).

Tanto nas áreas rurais quanto nas franjas da sede urbana podemos notar que é mais comum a existência de domicílios sem acesso aos serviços de coleta de lixo e de abastecimento de água potável. Vale destacar que, por ser uma região montanhosa, com uma abundância de rios, riachos e nascentes, muitos domicílios contornam a falta de oferta da concessionária estadual de água com a captação direta em alguma fonte de água local, não tratada.

No mapa ampliado, com o perímetro urbano principal, conseguimos fazer outras observações mais detalhadas sobre os bairros mais povoados do município. Neste recorte, se mantém a onipresença de domicílios sem acesso ao esgotamento sanitário, mas esta é a única ausência em muitos dos bairros mais centrais e planos, aqueles juntos ao Rio Paquequer e à Reta[†], tais como: o centro do Alto, Agriões e a Várzea. Nestas áreas planas e centrais, as exceções ficam por conta de pequenas comunidades carentes instaladas em espaços pontuais dentro dos bairros mais ricos (e bem servidos de infraestrutura) da cidade, como a Beira Linha, a Ilha do Caxangá e a Vila Santo Antônio. Estas comunidades não têm serviço de coleta de lixo, provavelmente pela dificuldade de acesso aos caminhões da prefeitura.

As maiores deficiências de infraestrutura se apresentam nos bairros que se situam nas encostas dos morros e os isolados em vales distantes da urbanização principal que ocorre em torno da Reta; e esta tendência é claramente acentuada se forem áreas de baixa renda. Nas encostas da Serra do Cavalo (ou Morro dos Cavalos), por exemplo, podemos observar diversos Setores Censitários com grande número de domicílios sem acesso à rede de água potável e à coleta de lixo (além da rede de esgotamento sanitário, é claro). De um lado, temos a sequência das comunidades carentes de Santa Cecília, Barroso, Rosário, Perpétuo e Pimentel; e do outro, Jardim Meudon e Vale da Revolta. Todas com um alto número de casas sem esses serviços. Já no lado sul do morro, em Carlos Guinle (ou Quarenta Casas), até existem algumas casas sem coleta de lixo, mas em número sensivelmente menor do que nas mais pobres. Certamente isso se deve à menor densidade de domicílios e residentes destes bairros e também ao fato de ser uma das áreas de maior poder aquisitivo da cidade.

De forma semelhante, nos vales distantes, os bairros de classe média e alta, como Parque do Imbuí, Cascata do Imbuí, Posse e Prata, apresentam casas sem rede de água. Contudo, nestas mesmas regiões, os bairros mais pobres, tais como Caleme, Granja Florestal, Quinta Lebrão e Fonte Santa, apresentam muito mais casas e também de falta de coleta de lixo.

[†] Uma série de avenidas sequenciais (Rotariana, Oliveira Botelho, Alberto Torres, Feliciano Sodré e Lúcio Meira) que atravessam o núcleo urbano de Teresópolis e que coletivamente são conhecidas como a “Reta”.

Certamente as razões para essas ausências envolvem uma série de fatores e, dentre estes, estão as dificuldades materiais envolvidas em implementar infraestruturas canalizadas e em fornecer serviços de coleta em terrenos muito acentuados, vales distantes e urbanizações muito densas, sem ruas adequadas. Mas certamente também há a falta de interesse de diversas administrações municipais e estaduais em atender às demandas de populações com menor poder econômico; e até mesmo a falta de conhecimento por parte dos administradores das diversas realidades da região sob sua responsabilidade. Por isso, dados georreferenciados, como os do Censo, são fundamentais para que o estado e a população possam compreender as condições do território e orientar suas ações para melhorá-las.

O Censo é um instrumento essencial para a análise adequada de muitos aspectos da sociedade brasileira e principalmente dos desafios e deficiências que temos. Ele é fundamental para pautar todo planejamento, ainda mais em cidades pequenas e medias, como Teresópolis, que normalmente não têm os recursos materiais e humanos para realizar estudos abrangentes a nível municipal, como ocorre nas grandes metrópoles. Dependemos de instâncias maiores do Estado para realizar estudos mais amplos como o Censo.

Vimos como mesmo umas poucas variáveis já nos permitem lançar um olhar crítico e factualmente embasado sobre as condições da nossa cidade. Contudo, os dados apresentados já são de 12 anos atrás e certamente já estão defasados. Nos resta aguardar a conclusão e a publicação do Censo de 2022 para verificar se houve algum progresso durante esse tempo.

Referências:

¹ ALMEIDA, P. **Fim da coleta do Censo 2022 é adiado para janeiro, informa IBGE.**

Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/fim-da-coleta-do-censo-2022-e-adiado-para-janeiro-informa-ibge/>>. Acesso em: 18 dez. 2022.

² **1o Censo do Brasil, feito há 150 anos, contou 1,5 milhão de escravizados.**

Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/1o-censo-do-brasil-feito-ha-150-anos-contou-1-5-milhao-de-escravizados>>. Acesso em: 18 dez. 2022.

³ ZANFER, G. **Cancelamento do Censo 2021 deixa o Brasil às cegas em meio à pandemia.** Disponível em: <<https://jornal.usp.br/atualidades/cancelamento-do-censo-2021-deixa-o-brasil-as-cegas-em-meio-a-pandemia/>>. Acesso em: 18 dez. 2022.

⁴ IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2012.



Fundação Educacional Serra dos Órgãos
Centro Universitário Serra dos Órgãos
Direção Acadêmica das Ciências Humanas e Tecnológicas
Coordenação do Curso de Graduação em Arquitetura e
Urbanismo

⁵ IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Malha de Setores Censitários**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/26565-malhas-de-setores-censitarios-divisoes-intramunicipais.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 18 dez. 2022.

⁶ INEA – INSTITUTO ESTUADUAL DO AMBIENTE. **DZ-215.R-4 – Diretriz de Controle de Carga Orgânica Biodegradável em Efluentes Líquidos de Origem Sanitária**. Rio de Janeiro: FEEMA, 2007.